



Anais da Assembléia

Nº 110

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 20 DE SETEMBRO DE 1.979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 104.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1.979

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airlton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Sr. Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 103/79

Curitiba, 17 de setembro de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de CIANORTE, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 104/79

Curitiba, 17 de setembro de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de SÃO PEDRO DO PARANÁ, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 105/79

Curitiba, 17 de setembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado entre o Estado do Paraná e o Município de PARANACITY, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 106/79

Curitiba, 17 de setembro de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e

consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 107/79

Curitiba, 17 de setembro de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de ALTO PIQUIRI, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO NO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 108/79

Curitiba, 17 de setembro de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de PLANALTINA DO PARANÁ, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 109/79

Curitiba, 17 de setembro de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo do convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de QUERÊNCIA DO NORTE, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e

consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 110/79

Curitiba, 17 de setembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Governo do Estado e o Município de UMUARAMA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 111/79

Curitiba, 17 de setembro de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de TERRA BOA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO NO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 112/79

Curitiba, 17 de setembro de 1.979

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 13 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de Loanda, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROÇÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consi-

deração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

Ao Departamento Legislativo.

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo único: O art. 70 da Constituição do Estado do Paraná fica acrescido do seguinte parágrafo: "§ 3.º — O funcionário ocupante de cargo cujas atribuições impliquem na execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou de saúde, terá direito a uma gratificação, que será automaticamente incorporada à sua remuneração, correspondente a um terço dos respectivos vencimentos básicos".

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1.979

(a) ANTÔNIO FACCI.

Apoiamento: NELTON FRIEDRICH, CARLOS ZANLORENZI, DENI SCHWARTZ, NESTOR BAPTISTA, RENATO BERNARDI, JOSÉ TAVARES, DEL CIEL, FIORI LUIZ, JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, WALDYR PUGLIESI, NELSON BUFFARA, NILSO SGUAREZI, TADEU LÚCIO MACHADO, DARCY DEITOS, MÁRIO CELSO, GERNOTE KIRINUS, ADALBERTO DAIROS, PINTO DIAS, JOSÉ DOMINGOS, AIRTON CORDEIRO, TÚLIO ZANCHET e LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

Há vários decênios, a gratificação de risco de vida e saúde vinha sendo paga regularmente a todos os integrantes das Corporações Militares de nosso Estado, bem como a todas as categorias funcionais para cujo exercício de suas funções exigisse desempenho com perigo de vida ou saúde.

Hoje, criou-se tamanho tumulto administrativo em relação a essa matéria, não sendo raro que servidores da mesma categoria, quer em atividade ou inativos, recebam tratamento diverso.

Assim, alguns militares, bem como outros servidores, estão recebendo integralmente a gratificação por conta de risco de vida e saúde, enquanto que outros recebem-na congelada e muitos deles, nada recebem.

Essa situação vem provocando sérios inconvenientes para a Administração, com a proliferação de mandados de segurança impetrados contra o Estado, cujas decisões somente beneficiam aqueles que se socorrem dos meios judiciais para assegurarem os seus direitos. Esse fato faz com que não haja equidade de tratamento e, muitas vezes, deixa de atender os mais carentes de recursos, os quais não podem dispor de qualquer quantia de seu parco orçamento para arcar com as despesas de advogado e custas judiciais.

Inserindo o dispositivo acima em nossa Constituição, estaremos amparando essa Classe de Servidores que vêm prestando reconhecidos serviços à coletividade.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. EVANIR ANDREASSA VIDAL, ocorrido na data de ontem, na Cidade de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa do Sr. Mário Vidal (Rua da Pedreira, 341 - Campo Largo).

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1.979.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

Apoiamento: NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Teófilo de Brito, ocorrido no último dia 16, na Cidade de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa da Sra. Izabel Guioto de Brito (Caratua - Campo Largo).

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1.979.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que o expediente da sessão plenária do próximo dia 21 de setembro do corrente mês, sexta-feira, seja dedicada em homenagem ao "Dia da Árvore".

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1.979

(a) LÁZARO DUMONT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com respaldo do Plenário, REQUER seja enviado um veemente apelo ao Ilustríssimo Senhor Diretor Geral do DER para que autorize os melhoramentos do acesso rodoviário à AGRO-INDUSTRIAL SANTA LAURA, destilaria de ALCOOL.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1.979.

(a) PALÁCIOS.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, se justifica pelo fato de que esta importante destilaria vem encontrando imensuráveis dificuldades para o transporte de equipamentos para instalação da referida indústria e após a instalação, terá dificuldades para retirada do produto, 120.000 litros diários, que é feita com caminhões de alta tonelagem. Cumpre-se notar que este acesso foi executado pela referida indústria e DER, faltando exclusivamente o revestimento. A melhoria do referido acesso, com certeza, diminuiria consideravelmente o custo final do álcool, cuja produção nominal será de 120.000 litros diários. Torna-se oportuno, colocar à baila, que o atual momento político-econômico do Brasil é de absoluto favorecimento e estímulo à produção deste produto. A Nação brasileira está inteiramente voltada à produção de outras fontes energéticas e à economia de combustíveis. Destarte, o Paraná, certamente, será o beneficiário maior, se ouvindo este requerimento, tomar as providências devidas para o melhoramento do acesso à AGRO-INDUSTRIAL SANTA LAURA de IBAITI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Secretário Oscar Alves, no sentido de que seja mantido o atual horário de atendimento ao público, no Centro de Saúde, em Curitiba, nos setores de abnegrafia, vacinações e de doenças venéreas, já que existem informações oficiosas dando conta de que o novo diretor desse órgão, estaria por limitar o atendimento nesses setores até às 18,00 horas.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1.979.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

Tomamos conhecimento, no dia de ontem, que o novo

Diretor do Centro de Saúde, Coronel Rubens Passerino Moura, implantará um novo horário de atendimento ao público a partir do próximo mês de outubro.

Atualmente, os setores de abreuografia, de vacinas e de doenças venéreas atendem até às 20,00 horas. Mas, segundo os planos do Diretor do Centro de Saúde, este horário será reduzido em 120 minutos, ou seja, passará a atender ao público somente até às 18,00 horas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito embora a notícia seja apenas oficiosa, causa-nos apreensão desde já, a possibilidade de essa antipática medida ser implantada, pelos malefícios que ela trará a milhares de trabalhadores que durante todo o ano necessitam serem atendidos em suas necessidades. O horário que se estende até às 20,00 horas, foi implantado quando era Secretário da Saúde o atual Deputado Federal, Arnaldo Busato, trazendo um grande benefício aos trabalhadores impedidos de se dirigirem até o Centro de Saúde no horário normal de expediente, já que o procedimento não poderia ou teria condições de ser justificado mediante um atestado do próprio Centro de Saúde.

Ao que fomos informado, pretende o novo Diretor desse órgão retroagir no tempo, o que - a ser confirmada a informação - dará mostras da falta de sensibilidade dessa autoridade, contrariando, inclusive, a política do Governo Ney Braga, humana e que vai de encontro às necessidades da população paranaense, principalmente da nossa população mais carente de assistência e de recursos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É preciso que o Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, Oscar Alves, impeça que a medida seja implantada. Reconhecemos que a medida traria benefícios aos abnegados funcionários do órgão, mas traria prejuízos aos trabalhadores e é para eles, principalmente, que nossa atenção está voltada. A notícia trazida por elementos que se identificaram com aquele órgão até nós, é, como dissemos, oficiosa. Mas, ela nos preocupa e por isso estamos requerendo o pronunciamento desta Casa de Leis, que é também a Casa do Povo.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER à Mesa, envio de solicitação ao Sr. Governador do Estado e Sr. Secretário de Estado da Administração, no sentido de que seja anulada CONCORRÊNCIA PÚBLICA estabelecida pelo edital de concorrência n.º 1/79, daquele poder.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1979.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada sugestão ao Excelentíssimo Senhor Edson Neves Guimarães, Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que o mesmo convide os Secretários de Fazenda dos Estados produtores de café - São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Norte - para uma reunião visando estudar o problema concernente à extinção do confisco ou cota de contribuição incidente sobre as exportações de café.

Requer ainda, seja enviada cópia do presente requerimento às Assembléias Legislativas dos Estados acima mencionados.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1979.

(a) PINTO DIAS.

JUSTIFICATIVA:

Estamos realmente preocupados com o problema do

confisco cambial do café, fato que, já afirmamos e não cansamos de repetir, está determinando o afastamento de nossos produtores tipo de exploração econômica.

Conforme é do conhecimento dos ilustres membros desta Casa, já foram aprovados dois requerimentos de nossa autoria tratando sobre o assunto. Um, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades encarecendo o empenho das mesmas no sentido de possibilitar a extinção, por completo e imediata, do confisco. Outro, solicitando o envio de expediente ao Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal e às Comissões de Agricultura das Assembléias Legislativas dos Estados produtores de café, para que também participem desta luta visando dar novas perspectivas à lavoura cafeeira.

Novamente levantamos o problema porque entendemos que esta luta não deve parar enquanto não houver uma solução favorável ao cafeicultor, homens que tanto contribuíram para o desenvolvimento do País e que hoje se encontram sem entusiasmo para continuar nessa atividade.

Pelos idos de 1.952, quando foi criado o IBC, a participação do Brasil no mercado mundial de café era majoritária. Por exemplo, num ano típico de pós-guerra, em 1.947, o Brasil participou de cinquenta e seis por cento do comércio cafeeiro mundial; em 1.978, depois de vários anos de confisco cambial, a participação brasileira havia caído para vinte e três por cento.

Estes dados não são meus: estão nos Manuais de Economia, à disposição dos homens do Governo que apesar de tudo, teimam em defender o confisco cambial.

Já abordei, nesta Assembléia, diversos aspectos negativos do confisco cambial. Pois bem, hoje vamos enfocar dois ângulos novos: o confisco como fator de proletarianização rural e como fator de perda de mercados mundiais para o Brasil.

Como elemento indutor da proletarianização do homem do campo o confisco é danoso, porque vai acumular tensões sociais para o amanhã, que os tecnocratas do IBC fazem força para não enxergar.

A economia cafeeira que desbravou o Norte do Paraná foi toda ela alicerçada na figura do pequeno sitiante, lavrador para as terras roxas dentro de um modelo colonizador cantada em prosa e verso - o da Companhia Melhoramentos - pela sua sabedoria em formar glebas a partir do pequeno proprietário. O produtor era chamado a abrir o sertão junto com sua família; não era mão-de-obra assalariada e instável, era uma unidade familiar de produção, estável e proprietária.

Mas as sucessivas frustrações da economia cafeeira, atizadas pelo confisco que rouba a renda do produtor, estão alterando este quadro quase idílico. O produtor se vê acossado a vender sua propriedade, seu sítio familiar.

De proprietário rural transforma-se em bóia-fria, em proletário rural. Empobrece e vem com a família, em demanda dos grandes centros urbanos, como a solução estivesse na periferia da cidade grande, onde a favela é o pano de fundo de uma longa história de erros governamentais.

Não se iludam os senhores: o bóia-fria de hoje é um elemento acumulador de graves tensões sociais e políticas para o futuro. Além de um insulto à nossa pretensa formação cristã de solidariedade e de humanismo.

Mas não é apenas no campo social que o confisco cambial afeta esta economia que foi o cerne de nosso desenvolvimento nacional. O confisco expulsa o Brasil dos mercados mundiais do café, numa predação sistemática e continuada.

Como? A 1.º de outubro próximo será antecipado o preço de registro de café brasileiro para 264 dólares a saca, o que representará mais de sete mil cruzeiros no mercado externo. Mais dinheiro para o cafeicultor? Não, porque o confisco vai subir, simultaneamente, para 143 dólares/saca, ou cinquenta e sete por cento do valor da venda externa. Quer

dizer, o preço real para o agricultor será menor, embora o consumidor estrangeiro passe a pagar mais caro pelo nosso café.

Quer dizer, o café brasileiro fica mais caro nos mercados de Nova Iorque, Londres, Hamburgo. Qual a consequência? Outro fornecedor toma o nosso lugar, passando a vender seu café mais barato que o nosso, para o importador americano ou europeu. Essa política de guarda-chuva aberto que o Brasil tem praticado é danosa porque afinal, perdemos o consumidor e o produtor rural não ganha com o confisco.

Tanto é verdade que países de produção antes inexpressiva hoje compõem como grandes fornecedores mundiais: a Costa do Marfim, com 18.000.000 de sacas; a Colômbia, com 11.000.000; o México, agora já com 3.000.000. Ficamos segurando o guarda-chuva das cotações e perdendo presença no mercado mundial.

Ora, senhores, o preço do café exportado gira em torno de Cr\$ 7.000,00 e o produtor recebe apenas Cr\$ 2.700,00, arcando com um confisco de cinquenta e sete por cento do valor de seu produto, o que estamos fazendo? Estimulando um brutal contrabando que encontra vazão pelos países limítrofes, como Paraguai e Bolívia.

Ainda agora a imprensa registra o fato de que o Paraguai, que produz 63.000 sacas de café por ano, e consome 20.000 internamente, acaba de ganhar uma concorrência de venda para a Espanha no montante de 50.000 sacas. Sabem de quem? Do Brasil!

Quer dizer, qual a origem do café exportado pelo Paraguai, programado para mais de 20.000 sacas neste ano agrícola?

Enquanto isto o IBC fica a publicar anúncios auto-laudatórios, dizendo que o café produz, todo dia, 7.000.000 de dólares para o Brasil. E que garante o sustento de 12.000.000 de brasileiros, ou dez por cento da população do Brasil.

Se o café tem essa importância econômico-social para o País, ele precisa ser tratado a nível atual, da economia amadurecida. Quer dizer, o café hoje não se permite sustentar toda uma pirâmide urbana e de política governamental. A renda efetiva, gerada pelo café deve ficar na economia cafeeira e não vazar para os setores industriais urbanos através do confisco cambial.

Não se iludam com as falsas afirmativas do IBC que demonstrei nesta justificativa - tem fracassado continuamente ao longo de três décadas em sua função de promover a defesa do café. Se não tomarmos cuidado o Brasil não só vai ficar sem café para exportar como, diante de mais uma crise climática forte, poderá ficar sem café para beber.

Então, como fazer com os 12.000.000 de brasileiros que vivem do café? Transformá-los todos em bóias-frias, párias numa Canaã tropical? Esperar que eles aceitem pacificamente esse destino miserável, sem uma palavra de revolta?

É hora de repensar a economia cafeeira em profundidade, com seriedade, começando imediatamente pela extinção do confisco cambial. E, quem sabe, reformulando amplamente a estrutura dessa "petrobrás do café" que igualmente fracassou em sua missão básica de defender o café brasileiro e a cafeicultura.

Para rememorar, ante os senhores, lembro que na década de 1.940, antes da criação do IBC, o Brasil participava com cinquenta e seis por cento do mercado mundial do café, hoje, tem apenas vinte e três por cento.

Analisando, pois, todos esses aspectos, é que estamos dando esta sugestão para que se realize uma reunião entre os representantes dos vários Estados produtores de café. Trata-se de um problema que atinge profundamente nosso País e, por esta razão, julgamos que uma reunião entre Secretários de Fazenda desses Estados, viria abrir novos horizontes para a cafeicultura brasileira.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 137/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO DE LONDRINA — FUNTEL, com sede e foro na Cidade de Londrina - Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1.979

(a) VALDUGA.

JUSTIFICATIVA:

A FUNDAÇÃO ENSINO TÉCNICO DE LONDRINA — FUNTEL —, instituição idealizada pelo Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina, com sede e foro naquela cidade à Rua Alagoas, n.º 2.001, constitui uma sociedade sem fins lucrativos e tem como finalidade criar, instalar, manter e administrar institutos de pesquisas tecnológicas, ensino técnico ou profissional de qualquer grau, incluindo sempre cursos de setor industrial; criar, instalar, manter o administrar cursos ou serviços educativos de ensino técnico ou de orientação vocacional para carreiras ou tarefas técnicas de qualquer nível; tomar as medidas que julgar necessárias para tornar a educação e o ensino técnico mais ajustado às necessidades humanas e às exigências do desenvolvimento da região e do País.

Encontra-se em pleno funcionamento e atende às determinações previstas em lei. A FUNTEL pela sua própria condição justifica a presente proposição.

PROJETO DE LEI N.º 138/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituído, na Secretaria de Cultura e Esportes, o Concurso de Fanfarras e Bandas.

Art. 2.º — Para a organização e direção do concurso previsto no artigo anterior, a Secretaria de Cultura e Esportes credenciará a União Cívica Feminina Paranaense, entidade reconhecida como de utilidade pública, pela Lei n.º 5.265, de 21.01.66.

Art. 3.º — As despesas com a execução do concurso criado por esta lei, correrão à conta da dotação próprias do Orçamento do Estado, que serão consignadas anualmente.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1.979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ e
AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA:

A União Cívica Feminina Paranaense, vem realizando anualmente em Curitiba o Concurso de Fanfarras e bandas do Estado do Paraná, promovendo o desenvolvimento das técnicas musicais através de salutar competição cívica e cultural, para melhor formação da juventude de nossa Pátria.

Podem participar do Campeonato de Fanfarras e Bandas, conjuntos de estabelecimentos de ensino ou entidades assemelhadas.

Aos ganhadores do concurso, se fará entrega dos troféus em solenidade a ser realizada na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no Centro Cívico, culminando com desfile no pátio da Assembléia Legislativa, de conjuntos especialmente convidados pela Comissão Organizadora.

O projeto visa dar o respaldo oficial a essa promoção de alto alcance cultural.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins, inscrito.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Discorri nesta semana sobre o pronunciamento do Deputado Nestor Baptista, feito nesta Assembléia, e que foi divulgado no jornal "A Notícia", jornal da Oposição, ARENA autêntica de Ponta Grossa.

Tive apartes do Deputado Del Ciel e do caro amigo Gabriel Manoel. Hoje volto aqui, sobre manchete de novo, do jornal "A Notícia", jornal que é oposto a nós para trazer declarações dos Diretores da COPERSUL com respeito a uma indústria que deve ser instalada em Ponta Grossa.

Diz a manchete: "Malaria ameaça mudar. Ponta Grossa pode perder a Malaria Campos Gerais S/A, é o que informa o Presidente da Empresa, Roberto Arnaldo Bühner, alegando que a área destinada para a instalação do complexo industrial vem encontrando alguns entraves no processo de doação por parte da Prefeitura. Outro fator que está causando a incerteza quanto a definição pelo local para sediar a indústria é a proposição do Município de Palmeira, no sentido de que a Malaria seja fixada na sua sede".

A Prefeitura comprou uma área do Ministério dos Transportes, a base de Cr\$ 6.300,00 o alqueire e quer vender, através de uma Companhia Mista, à base de Cr\$ 1.500.000,00 o alqueire.

O artigo de "A Notícia", continua dizendo:

"Ontem foi a constituição formal da Malaria Campos Gerais S/A, a ser instalada em Ponta Grossa, nos próximos dias. O projeto e instalação conta com recursos da ordem de Cr\$ 562.000.000,00, com 50% de participação da Cooperativa Agrícola Mista de Ponta Grossa e outros 50% do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Segundo informou o Diretor-Presidente da Coopagrícola e atual Diretor-Presidente da Malaria Campos Gerais S/A, Roberto Arnaldo Bühner, a implantação da indústria em Ponta Grossa está sofrendo ligeiro desestímulo por parte da Administração do Município, na discussão final do projeto no que toca à concessão do terreno próprio que deveria ser de 80.000m².

Malaria Campos Gerais S/A, cuja capacidade de produção na primeira etapa alcançará o limite de vinte e cinco mil toneladas de malte anualmente e acusa a necessidade de matéria prima da ordem de trinta e quatro mil toneladas, terá como principal fornecedor a Cooperativa Agrícola Mista de Ponta Grossa, sócia majoritária com 60% das aplicações".

Caros Deputados, Sr. Presidente, este é o governo do MDB em Ponta Grossa. O MDB que tanto fala naquela tribuna, que quer ajudar os trabalhadores, nega-se por motivos que só lhe cabem analisar de uma forma mais profunda, de abrir novos empregos, novas oportunidades aos trabalhadores da nossa terra.

Quando venho aqui afirmar que nós trouxemos 15 mil empregos para a nossa cidade, tivemos algumas idéias contrárias, daqueles que demagogicamente querem defender o povo. Vamos defender o povo oferecendo emprego, procurando realmente trabalhar por nossa gente e por nosso povo. É a demagogia que impera, é a demagogia dos pretensos amigos do povo que acham que oferecer emprego é supérfluo. O melhor é encher as bolsas dos poderosos Secretários da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, nesta oportunidade, abordar nesta tribuna o fato que vem se agravando dia a dia neste Estado do Paraná, e que vai também criando gradativamente uma situação de desalento e, acima de tudo, de esvaziamento do nosso Estado do Paraná

Refiro-me clara e especificamente à situação, porque passa hoje a cafeicultura paranaense. O Paraná, que já foi o Estado líder em produção de café, o Paraná que tem hoje o seu parque agrícola reduzido a oitocentos e trinta e seis milhões de cafeeiros, dos quais 1/3 seguramente apresenta uma situação de exploração anti-econômica, restando, portanto, ao Paraná, um total de seiscentos milhões de cafeeiros em condição economicamente produtiva.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o café que foi o grande responsável pela colonização do Norte do Paraná, pela abertura de parte do Oeste do nosso Estado, tem hoje como sócio privilegiado o próprio Instituto Brasileiro do Café, o próprio Governo Federal que gradativamente vai aumentando a taxa de confisco cambial e desestimulando de tal forma o cafeicultor, que nós observamos um desencanto, um desestímulo e mesmo o desespero daqueles que atuam no setor.

Vejam Vossas Excelências que hoje cada saco de café de sessenta quilos recebe uma sobretaxa do Governo Federal de US\$143, o equivalente a cerca de Cr\$ 4.000,00 a saca, restando para o comerciante, para o produtor, para o empreiteiro, para toda a mão-de-obra e para os custos operacionais da cafeicultura, cerca de Cr\$ 3.000,00.

E além do mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o desestímulo que vai grassando e aumentando nas zonas cafeeiras do Paraná, leva também o Estado a uma situação de dependência do Governo Central, porque é o primeiro órgão a não cumprir a legislação específica que existe para o setor. Porque, enquanto todo o produtor rural é obrigado a pagar a sua taxa de FUNRURAL, o comerciante a pagar a sua taxa de ICM sobre os Cr\$ 4.000,00 do confisco cambial do café, nós vemos o Governo Federal sonhando a parte do Estado do Paraná, sonhando os 14% de ICM, sonhando os 2,5% do FUNRURAL. E mais do que isso, quando se observa a situação de desespero do pequeno proprietário, que está se extinguindo, do médio proprietário que também tem os seus dias contados, vê-se claramente que os grandes proprietários do Paraná estão com a corda no pescoço.

Pretende-se transplantar para a zona rural do Paraná um capitalismo urbano em que apenas as empresas agrícolas poderão ter condição de sobreviver nesse quadro. E aí serão observados todos os problemas sociais advindos e provenientes do esvaziamento agrícola do Paraná, e especialmente do enfraquecimento e da debilitação da cafeicultura paranaense.

Hoje nós temos as cidades médias e as cidades grandes do Paraná com um contingente imenso de mão-de-obra desqualificada, despreparada e, acima de tudo, desempregada e explorada absurdamente pelos setores intermediários entre o setor agrícola e o setor secundário.

E daí porque, nós paranaenses, numa atitude paranista não podemos aceitar este descaso, e acima de tudo, esta espoliação com que o Governo da República trata o cafeicultor do Paraná e trata os interesses do próprio Estado do Paraná.

Daí porque entendemos como necessária, Sr. Presidente, uma tomada de posição desta Casa, para que finalmente o café possa voltar a representar um papel tão importante que representou na ocupação da colonização do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "A cidade de Guaíra, face as obras de Itaipu, inexoravelmente vai perder a sua grande fonte de turismo que lhe era facultada pelas Sete Quedas, o que, sem dúvida, é uma regressão.

No Brasil de hoje, nenhuma comunidade deve regredir, mesmo porque qualquer regressão é um contra-senso no

processo de desenvolvimento que avassala o País. Por isso, é mister que sejam estudadas e determinados sistemas de compensação em favor da cidade de Guaíra, e mais, que tais sistemas se encaminhem através de medidas de mais rápida aceleração. Mesmo porque está sendo superado o cronograma físico das obras da represa.

Pelo que se calcula, o lençol d'água decorrente da barragem, alagará 1/3 das melhores terras do município, o que provocará um esvaziamento de significativas proporções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o trigo do oeste do Paraná, em grão, se escoia através do Porto de Guaíra, com destino a São Paulo, como também o trigo do Sul do Mato Grosso. E repetimos a mesma pergunta que temos feito em outros pronunciamentos: por que é que o trigo em grão tem de ser turista à força, e fazer este passeio desnecessário e dispendioso? E perguntamos mais: por que é que o Paraná, sendo um dos maiores produtores de trigo do País não tem o direito de moer o trigo, pelo menos para a sua população?

Julgamos oportuno destacar este decantado assunto que é a moagem do trigo no Paraná, justamente nesta oportunidade nos referimos às compensações ao Município de Guaíra e suas reivindicações.

O que nos ocorre, assim em princípio, é que seja permitida a construção de um moinho de trigo com uma quota substancial, o que, além de atender as reais necessidades do Estado, poderia oferecer empregos para algumas centenas de pessoas da comunidade do Município de Guaíra. Teriam que ser realizados os estudos para a implantação da infra-estrutura para os fins de armazenamento e serviços correlatos, enfim, sobre todo o empreendimento. Outro aspecto que devemos levar também em alta consideração, é a poupança de combustível e melhoria de preço do produto industrializado.

Tudo está predisposto no sentido de serem atendidas reivindicações da cidade de Guaíra, cujo primeiro passo poderia ser dado com a construção do moinho de trigo aqui alviado. As estradas, com pavimentação asfáltica, ligam a cidade a todos os centros de grandes atividades comerciais e industriais. No outro lado do rio há uma população de cerca de seiscentas mil pessoas, que representa uma clientela em potencial para as atividades que forem desenvolvidas.

A Associação Comercial e Industrial de Guaíra, juntamente com outras Associações Comerciais do nosso Estado, realizou uma importante reunião em Guaíra, a qual comparecemos a convite da mesma. Foi o começo da CAMPANHA DE REINVIDICAÇÃO que está sendo encetada, com inteiro apoio das lideranças políticas.

O Deputado Estadual Francisco Escorsin, o Deputado Federal Roberto Galvani e nós, estamos gerenciando junto aos poderes competentes com inteira uniformidade de pontos de vista. Temos a maior confiança de que estes Poderes se sensibilizarão eis que as reivindicações não podem deixar de merecer todo o seu apoio, pois representam uma necessidade gritante, as quais os poderes públicos da cidade, a comunidade e as lideranças políticas reclamam com urgência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. As dimensões territoriais do nosso País, exigem medidas compatíveis com essas dimensões, de forma que os grupos humanos não se situem a distâncias inacessíveis às suas fontes de desenvolvimento, para que eles possam engajar-se nas mesmas e participem de sua aceleração.

Encarecemos, com a devida aprovação desta Casa, a remessa de uma cópia deste nosso pronunciamento ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, ao Excelentíssimo Sr. Governador Ney Braga e ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente,

Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos ainda uma vez a esta tribuna para rapidamente neste tempo que nos proporciona o Pequeno Expediente, fazer referências aos acontecimentos lamentáveis, ocorridos em Cascavel, e que envolveram pessoas de destaque na vida político-administrativa daquela cidade.

Os nossos pronunciamentos a respeito desse assunto, Sr. Presidente, sempre foram no sentido de que levássemos através da Secretaria de Segurança e mesmo fizemos apelo nesse sentido, tranqüilidade ao povo trabalhador, ordeiro e bom daquela comunidade.

Fizemos apelo ao Sr. Governador do Estado, extensivo ao Sr. Secretário da Segurança Pública, para que, no episódio do assassinato do jornalista Antônio Heleno, fosse designada uma autoridade capaz, independente e competente, para que conduzisse as diligências e o inquérito daquele rumoroso caso, de proporções não só no município, no Estado, e até mesmo em toda a Nação.

E até prova em contrário, esta autoridade deverá merecer de nossa parte e da parte da comunidade cascavelense, todo o respeito, porque representa nesse inquérito, uma autoridade de respeito, de confiança do Secretário de Segurança, vale dizer, uma autoridade de confiança do próprio Governador do Estado.

De maneira que as contestações que possam porventura existir a respeito da maneira como esta autoridade vem conduzindo o inquérito, não deverão merecer, absolutamente, restrições de espécie alguma.

Também quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para congratular-me com Sua Excelência o Sr. Governador do Estado do Paraná, nesse episódio, porque Sua Excelência, preocupado, atento e informado a respeito do clima de intranqüilidade existente em Cascavel, houve por bem, em boa hora, designar, conforme hoje a imprensa noticia, quatro Delegados e quatro Promotores, para dar soluções aos tais casos insolúveis de crimes existentes em Cascavel.

Eu já, desta tribuna, relatei, Sr. Presidente, informações obtidas no Fórum de Cascavel, existem lá mais de 1.500 processos, dos tais casos insolúveis, e no noticiário da imprensa de hoje, essas oito autoridades: quatro promotores e 4 Delegados que irão de imediato dar solução a 600 casos insolúveis existentes no Fórum de Cascavel.

Portanto, uso, nesta oportunidade, da tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para congratular-me, enfatizar e elogiar essa ação notável de Sua Excelência o Sr. Governador Ney Braga.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos esta tarde a tribuna, para comunicar à Casa que, no último final de semana, estivemos visitando a região que temos a honra de representar nesta colenda Casa de Leis.

Dentre os diversos acontecimentos importantes que se registraram, queremos trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados, que assistimos o encerramento do Congresso dos Engenheiros Agrônomos do Sudoeste do Paraná, realizado em Realeza, no dia 15.

Daquela encontro participaram mais de vinte engenheiros agrônomos, funcionários do Estado, da União e de companhias e que estiveram reunidos por cinco dias consecutivos, debatendo assuntos de suma importância para o nosso Estado e para nosso País.

Dentre as diversas teses apresentadas, temos a destacar a tese de aplicação da receita agrônômica e a da queda do subsídio do trigo e outros assuntos de relevante importância.

Queremos registrar aqui, um voto de aplauso àqueles abnegados engenheiros que, preocupados com a situação de nosso País, reuniram-se para, numa demonstração de homens conscientes da árdua missão que pesa sobre seus ombros, querem eles, através de seu trabalho, oferecer ao homem do campo, àquele a quem depositamos nossas esperanças de uma melhoria de produção, a fim, de fazermos frente à situação difícil que atravessamos.

Assistimos também, no domingo, o encerramento do Grupo de Estudos Dr. Octacílio Vieira Arcoverde, integrado por todos os Promotores de Justiça do Sudoeste do Paraná, onde essas autoridades, juntamente com os Juízes de Direito, serventúrios da Justiça, advogados e demais pessoas interessadas, estiveram, por três dias, reunidos e assistindo palestras de ilustres personalidades de nosso Estado, que lá estiveram.

Entre os conferencistas, destacamos o Desembargador Eros Nascimento Gradowski, do Tribunal de Justiça do nosso Estado; o Dr. Ivan Righi, Procurador Geral do Estado e o Dr. Josaphat Porto Lona Cleto, Procurador de Justiça Substituto; e também o Dr. Henrique Chesnu Lenz César, cujos trabalhos foram coordenados pelo Dr. Abdo José, Promotor de Justiça da Comarca de Francisco Beltrão.

Também queremos registrar nesta Casa, um voto de louvor àqueles bravos homens da Justiça, que, preocupados também em ministrar a justiça, eles também, reunidos, deram a sua colaboração relevante a todos que lá compareceram.

Para finalizarmos, queremos registrar também um fato importantíssimo ocorrido na cidade de Francisco Beltrão: o encontro futebolístico entre as equipes do União - time de Francisco Beltrão, com o Cascavel.

Para este encontro, foram convidadas todas aquelas altas autoridades do nosso Estado, Promotores de Justiça, Juízes de Direito, Procurador Geral da Justiça e Procurador Geral do Estado, e numa reunião de mais de 10.000 pessoas, o encontro desenvolveu-se na mais perfeita ordem. O time de Francisco Beltrão venceu. Cascavel também portou-se com altruísmo, e o deportista do Sudoeste pode dar um verdadeiro exemplo de ordem e de desportividade. Nós assistimos então, maravilhados, o que foi motivo de comentário inclusive por parte dos homens da Justiça, que jamais haviam encontrado um ambiente daquele porte, onde todos os ânimos por vezes se acirram àquela finalíssima do 1.º Turno.

Podemos dizer, hoje, que graças a Deus, o Sudoeste do Estado respira ares de serenidade e, dentro de um ambiente de tranqüilidade, haveremos de honrar o que está escrito no nosso pendão nacional, que é: "Ordem e Progresso".

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejamos também registrar o grande acontecimento histórico que a data de hoje registra, que é a magna data do Rio Grande do Sul, o dia da Revolução Farroupilha, data esta que os gaúchos, espalhados por todo este Brasil, e irmanados com os brasileiros dos demais Estados, comemoram festivamente, esta efeméride.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "O Oeste do Paraná tem merecido especial atenção do Governador Ney Braga, quer no seu primeiro Governo, quer no presente mandato.

Recebemos o apoio integral para que a sonhada Ferrovia do Soja, se tornasse uma obra viável em pouco tempo. Temos recebido apoio para o problema energético para que não faltasse óleo industrial.

Agora, a região inteira recebeu com entusiasmo e euforia a determinação de resolver definitivamente o problema do

jaguncismo. Ainda candidato, ao primeiro mandato, o Sr. Ney Braga havia prometido à população de colocar um paradeiro nos graves problemas que enfrentávamos no setor de terras, de grileiros e de criminalidade.

Um dos seus primeiros atos, após eleito Governador, foi determinar aos órgãos competentes a por ordem, levar a tranqüilidade e paz para nosso Oeste. Os trabalhos foram árduos, a luta não foi fácil, mas a presença e a autoridade governamental conseguiram trazer para o homem trabalhador, para o construtor do progresso ímpar daquela região do Paraná.

O amor do Governador pela região oeste continua. Há ainda problemas, especialmente no setor de criminalidade; há centenas de casos insolúveis; há necessidade da ação da política e da Justiça em nossa região. E o Governador não está omissa. A deliberação tomada em data de ontem e amplamente divulgada pela imprensa, demonstra o devotamento para com o Oeste.

O aplauso que os líderes da região e a imprensa da Capital e dos representantes da Nacional atribuíram ao ato de designar a Procuradoria Geral da Justiça, através de seu titular, Jerônimo Albuquerque Maranhão e do Procurador Antero da Silveira e dos Promotores Oromar Córdova, Osman Caldas e Wilson Ferreira dos Santos, para elucidar todos os casos chamados insolúveis, mostra a importância que a determinação do Governador alcançou.

Desejamos somar o nosso aplauso, ao registrar esta tomada de posição do Governador, aos já manifestados pela imprensa e pelas lideranças regionais, pois sempre a Justiça tem que prevalecer e os culpados devem pagar pelos seus pecados e pelos crimes que cometeram.

Vivemos numa das regiões mais prósperas, onde o trabalho é a prioridade de seus habitantes. Entretanto há os que desejam perturbar a paz, a tranqüilidade e frear o progresso. Por isso, é necessário que os maus elementos que desejam perturbar a brilhante trajetória da região, sejam postos à margem da circulação.

Temos plena convicção que o jaguncismo, a criminalidade de que o Oeste muitas vezes é injustamente alvo, não perturbou a construção do progresso, não turbou a tranqüilidade dos operosos habitantes, e certamente não se constituirá em problema para que prossigamos neste roteiro.

Com esta determinação do Governador Ney Braga, esperamos que esta mancha negra seja extirpada e que o Oeste deixe de ser manchete negativa. Por isso, desejamos registrar o nosso aplauso e nossa gratidão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Juran-dir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era nossa intenção ocupar essa tribuna para fazer aqui uma justificativa da nossa pretensão quando apresentamos um Projeto de Lei que levou o nº 10/78, no qual pretendíamos, Sr. Presidente, que fosse concedido o título de Cidadão Honorário ao Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento.

Sr. Presidente, até então, entendíamos que as desavenças, que as opiniões das bancadas que compõem este Poder, não chegassem a um clima de desunião, a um clima de discórdia tão grande, que não se entendesse quando dos projetos que tramitam por esta Casa, se olhasse tão somente quando o mesmo é apresentado por Deputado da ARENA ou por Deputado do MDB.

Não pensávamos nesta discriminação, e é por isto, Sr. Presidente, que estamos até perplexos ao vir a esta tribuna para discorrer sobre um assunto que achávamos até então, que era um dever, quase uma obrigação dos Colegas ficarem uníssimos, ficarem conosco ou com o Deputado que preten-

desse prestar a um ilustre cidadão, a um ilustre Magistrado, uma merecida honraria com a oferta por esta Casa de Leis, por este Poder, do título de Cidadania Honorária do Estado do Paraná.

Permito-me, Sr. Presidente, porque tenho conhecimento que quando o mesmo foi rejeitado ontem, os Pares não tinham talvez ou não lessem a justificativa que acompanha a Ordem do Dia desta Casa. E talvez, eu não diria, Sr. Presidente, que eles talvez fossem menos avisados ou tivessem menos conhecimento da matéria que votam, da matéria que passa e que nós afinal aprovamos ou rejeitamos nesta Casa de Leis.

Mas quero, Sr. Presidente, que fique registrado nos Anais desta Casa, o currículo do nosso homenageado, e particularmente do meu homenageado, que pretendia com esse projeto, uma vez aprovado.

(Lê Justificativa do Projeto de Lei nº 10/78)

Acrescento, Sr. Presidente, que quando demos entrada neste projeto, o Dr. Cláudio Nunes ainda não era Desembargador.

Para nós, não causou surpresa, mas sim alegria, porque vemos agora, em 1979, com a indicação de novos Desembargadores que preencheriam as vagas lá existentes no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o seu nome, fazendo parte da relação, e sendo um dos novos Desembargadores que, por certo, continuará honrando sobremaneira o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Agradeço, nobre Deputado Jurandir Messias, mas quando Vossa Excelência iniciava o seu pronunciamento, eu estava ao lado atendendo um telefonema e não pude ouvir bem o início do seu pronunciamento, mas pude anotar quando Vossa Excelência disse que alguns Deputados ficaram omissos ontem, por ocasião da votação.

Informo a Vossa Excelência que foi com surpresa, e não esperávamos de forma alguma que, por ocasião da votação a Ordem do Dia, quando se votava este projeto, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Dr. Cláudio Nunes Nascimento, a bancada da Oposição votou contrariamente a este projeto.

E nós, como tínhamos minoria neste Plenário, pedi verificação porque constatei que não tinha número suficiente e verificado que não tinha quorum, um Sr. Deputado da Oposição pediu chamada nominal.

Eu não tive outra saída senão recorrer aos outros gabinetes pedindo que fosse ligado a todos os Deputados para que comparecessem em plenário, e inclusive Vossa Excelência, como autor desse projeto.

Infelizmente, ficamos com dois Deputados a menos, e não houve condição de mantermos a aprovação deste projeto que seria uma homenagem justa que prestaríamos a um grande homem público. Mas, foi este o motivo de não ter sido aprovado, por não termos número suficiente, mas a Bancada da ARENA, quero frisar bem, votou totalmente favorável ao projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado Gilberto, muito me alegro o seu aparte, porque, pelo menos, resta um consolo: a minha bancada, a bancada da ARENA, da qual tenho a honra de participar, apoiou, deu apoio ao meu projeto. E não me causa surpresa nenhuma do mesmo ter sido recusado pela bancada da Oposição. Não tenho mais o...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. JURANDIR MESSIAS — Já concederei.

... não tenho o porquê de ficar constrangido com a nossa bancada, desde que recebi da mesma o apoio, e principalmente do ilustre Colega Deputado Gilberto.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado Jurandir Messias.

Embora um órgão da imprensa pretenda, através de um artigo, colocar a bancada do MDB na condição de autora de uma molecagem, e ter contribuído para denegrir o bom nome do emérito Juiz Cláudio Nascimento, nós não interpretamos assim. Porque há que preservar-se, em primeiro lugar, a prerrogativa do Deputado.

A partir do instante que toda matéria que venha a um Legislativo tenha que ser forçosamente aprovada, cria-se um constrangimento ao Deputado, e ele perderia toda a prerrogativa de analisar caso por caso, matéria por matéria.

O fato de Vossa Excelência dizer que não surpreendeu a bancada do MDB ter votado contrariamente ao projeto de Vossa Excelência, também não pode ser posto nestes termos simplistas que Vossa Excelência pretendeu por.

Em primeiro lugar, nobre Deputado, tem sido uma praxe nesta Casa, que aquele Deputado que entra com um projeto dessa natureza, título de cidadão honorário, tem o cuidado mínimo de consultar os vários Pares da Casa e fazer um trabalho anterior, para não expor o homenageado a uma situação vexatória, como lamentavelmente ocorreu ontem.

E Vossa Excelência, nobre Deputado, diga-se a bém da verdade, nem presente estava na votação e, em segundo lugar, não aceito em hipótese alguma, a afirmativa do nobre Deputado Gilberto Carvalho, querendo insinuar que foi a nossa bancada que agiu talvez maliciosamente, para derrubar o seu projeto.

Porque tinha a ARENA a firma regimental de evitar a votação, e todos aqui sabem que constata-se numericamente numa contagem preliminar dos Deputados, quem vai ganhar a votação.

Há um recurso, um expediente normal e regimental, e que a ARENA tem usado e abusado desse expediente. Por outro aspecto, a bancada de Vossa Excelência tem número suficiente para aprovar a matéria.

Portanto, não queira impingir à bancada do MDB que usou de uma prerrogativa regimental e que teve a coragem suficiente de assumir a posição; que teve a coragem de retirar da Ordem do Dia, em duas sessões anteriores, um título de Cidadão Honorário do Prefeito de Curitiba, proposto pelo emérito Deputado Osvaldo Macedo, que teve o nobre Deputado Jurandir Messias a ousadia de apresentar projeto regulamentando os Projetos de Título de Cidadania Honorária.

Em absoluto, queremos denegrir a figura do emérito Juiz. O que esta Casa precisa conscientizar-se é que não pode, a torto e a direito, conceder título de Cidadão Honorário. Esta Casa tem que conscientizar-se disso. E o Deputado apresentante do projeto, deve estar presente à sessão em que o mesmo estiver sendo votado.

Por isso, acredito que se responsabilidade houve por nossa parte, assumimos esta responsabilidade. E esperamos que todos aqueles que tenham um projeto discutido, em fase de discussão, que façam-se presentes para assumirem essa responsabilidade.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado Nilso Sguarezi, Vossa Excelência explica mas não justifica.

O Sr. Nilso Sguarezi — Justificar para Vossa Excelência é aprovar a matéria?

O SR. JURANDIR MESSIAS — Ninguém está dizendo que Vossa Excelência como Líder, que é intitulado como Líder...

O Sr. Nilso Sguarezi — Não estava presente à sessão, a bancada não estava sendo liderada por este Deputado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que me assegure a palavra.

Vossa Excelência, Deputado Nilso Sguarezi, não justifica em hipótese alguma, o ato leviano cometido por Vossa Excelência, como Líder do MDB.

(Soam os tímpanos)

Vossa Excelência disse que quando um projeto de interesse de um Deputado tramita por esta Casa, é de obrigação daquele Deputado gestionar com os demais Deputados, para que ele tenha aprovação.

Mas, digo, Sr. Deputado, Vossa Excelência provou, mais uma vez, a sua irresponsabilidade ao afirmar aqui, de público, isso. Porque todos nós tratamos de interesses do povo.

E não justifica que um Deputado permaneça sempre aqui na Assembléia quando tramita um projeto de sua autoria. Porque todos temos a obrigação de ler a Ordem do Dia. E Vossa Excelência assim não procedeu, por isso, cometeu um ato impensado.

E digo mais a Vossa Excelência. Não vejo porquê estarmos aqui a mendigar dos Srs. Deputados, da Situação ou da Oposição, para apoiarem nossas pretensões.

Agora, diga, Deputado Nilso Sguarezi, bem alto a esta Casa e ao povo do Paraná, que Vossa Excelência orientou mal sua bancada. Não culpo os seus Deputados, culpo Vossa Excelência que veio aqui querer justificar um ato impensado e incoerente.

É isso que quero dizer a Vossa Excelência, que quando tomar posição, olhe para trás de sua bancada, e veja que existem homens sensatos e responsáveis, que querem e pensam fazer o certo. Mas são mal assessorados, mal dirigidos por um Líder como Vossa Excelência, um Líder despreparado.

É isso que queria que Vossa Excelência levasse daqui.

Realmente, Deputado Nilso Sguarezi, é uma temeridade submeter à apreciação de Vossa Excelência, principalmente, os dotes, a capacidade, a idoneidade e a intelectualidade de um homem público, de um Magistrado como Cláudio Nunes do Nascimento.

Realmente, é uma temeridade.

O Sr. Nilso Sguarezi — Honro-me de jamais haver votado títulos de Cidadania Honorária.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Realmente, é uma temeridade, chegar-se a um ponto como este, a um Poder como este, de rejeitar uma matéria tão importante e tão significativa para esta Casa, que traria aqui, por certo, outro Poder, quando da entrega ao nosso contemplado, esta Casa estaria repleta de homens da Justiça de todo o Estado do Paraná, e quiçá de outros Estados da nossa Federação, e agora, estamos privados deste direito de poder recebê-los e cumprimentá-los quando da entrega desse título de cidadania honorária.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência me permite um aparte? — **(Assentimento)**

Nobre Deputado, volto a apartear-lo para dizer que o meu primeiro aparte foi para dar ciência do que ontem aqui ocorreu; não foi para eximir-me de responsabilidades, mas sim, para dizer da realidade.

E o Deputado Nilso Sguarezi que acaba de confirmar que ontem aqui não estava presente, não tem condições de querer contestar o que eu disse, porque, depois da votação procedida, quando verifiquei que havia sido rejeitado o projeto com a votação unânime da bancada do MDB contrária ao projeto, e o meu voto favorável, pedi a verificação de votação, a única forma regimental que eu tinha para que fosse verificado que não havia quorum suficiente, e para que fosse encerrada aquela sessão, e então não fosse rejeitado aquele projeto.

Mas, o nobre Deputado Nilton Friedrich, agora é preciso que se diga usando também de recurso regimental, pediu a chamada nominal. E quando se votava ainda a Ordem do Dia, eu não poderia pedir aos Deputados que aqui não comparecessem, eis que estava se processando a Ordem do Dia e fora pedida a chamada nominal. Acatei que fosse feita a chamada nominal e não tinha outra forma de contestar e não permitir que fosse procedida a chamada.

Esta era a justificativa que deseja fazer, e expor a posição de nossa bancada, que foi favorável.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço mais uma vez os esclarecimentos de Vossa Excelência, que já trouxe e ratificou a posição da nossa bancada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vou mais longe, vou mais além: o Deputado Nilso Sguarezi requereu a retirada do projeto que concedia também o título de Cidadão Honorário ao atual Prefeito, Jaime Lerner.

Explico porque, clara e publicamente, para que a imprensa noticie o porquê de ser retirado da Ordem do Dia aquele projeto, por dez sessões: porque, quando o ex-Deputado Osvaldo Macedo deu entrada nesta Casa ao projeto de lei que concedia o título de Cidadão Honorário a Jaime Lerner, o mesmo era tido e havido como um dos novos integrantes do MDB, que seria um homem, já, pertencente às fileiras do MDB. E como Jaime Lerner, pela coerência, gratidão e bom senso que usa permaneceu nas fileiras da ARENA, o MDB, mais uma vez, através de seu Líder, houve por bem retirar da Ordem do Dia por dez sessões. O motivo foi exclusivamente este, e não há um outro sequer: porque Jaime Lerner não foi para o MDB, e sim, continuou e continuará prestando serviços à ARENA, a Curitiba e ao Paraná e ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** A Mesa adverte o orador que se encontra na tribuna, que falta um minuto para completar o seu tempo.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, é comum nós ouvirmos quando da leitura da Ordem do Dia, requerimentos apresentados, todos eles, pela bancada do Movimento Democrático Brasileiro, apresentando, pedindo, requerendo, à Casa, voto de louvor, voto de congratulações a comunistas, subversivos e terroristas, Sr. Presidente. Este é o desserviço que muitos elementos vêm prestando à comunidade do Estado do Paraná e do Brasil; é trazendo requerimentos e depois brigando pela aprovação dos mesmos com a nossa bancada, para que os mesmos sejam aprovados.

Este é o desserviço que presta o Movimento Democrático Brasileiro à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Digo, Sr. Presidente...

O Sr. Antônio Facci — Isso no seu entendimento, no seu entendimento obscuro.

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** A Mesa informa ao nobre Deputado que seu tempo está esgotado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Digo que vou reapresentar o projeto, que vou colher dos meus nobres Pares, trinta assinaturas, e convidarei o MDB, para que rejeite novamente o projeto que será reapresentado.

E digo mais, Sr. Presidente, na continuação de requerimentos subversivos, a gente subversiva que aí estarão eles defendendo os interesses do Paraguai, criando problemas de divisas...

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** A Mesa comunica ao nobre Deputado que seu tempo já está encerrado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Quero deixar aqui o meu voto, a minha palavra de gratidão e de confiança ao meu Líder, ao meu Líder que por eles foi criticado quando da rejeição foi dito por eles que rejeitaram para hostilizar a Liderança do meu Partido, e quero que rejeitem sempre os meus projetos, mas quero estar ao lado do meu Líder, ao lado do Deputado Erondy Silvério.

Muito obrigado. — **(Sem revisão do orador)**.

O SR. PRESIDENTE — **(Fabiano Braga Côrtes)** A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, da Senhora Ivete Vargas, bem como do Sr. Arlindo Ribas de Oliveira, ex-Vereador da Câmara Municipal de Curitiba, Dr. Júlio da Rocha Xavier, ex-Deputado, do ex-Deputado Aldo Laval, do Dr. Cleonir Caldeira, do Sr. Alceu Ricetti e do Sr. Verocino Fernandes, Suplente de Deputado.

As autoridades aqui presentes, os cumprimentos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A Mesa consulta a Liderança da ARENA se deseja fazer

uso do horário que lhe é reservado. (Pausa).

Com a palavra, o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna neste horário reservado à Liderança da ARENA, para enviar a minha saudação pessoal, a ex-Companheiros políticos, não companheiros partidários, mas políticos que fizeram muito pelo povo paranaense, e quiçá pelo povo brasileiro.

Hoje, esta Casa recebe uma visita ilustre da ex-Deputada Ivete Vargas, acompanhada de não menos ilustres figuras, como o ex-Deputado Júlio Rocha Xavier, como o ex-Deputado Aldo Laval, o ex-Vereador Arlindo Ribas de Oliveira, um dos patrimônios da vida política de Curitiba, com quem tive a grande honra de conviver durante doze anos na Câmara Municipal de Curitiba, onde pude aquilatar de perto a sua grande sensibilidade política e sua inegável sensibilidade humana.

É importantíssima hoje a missão desses homens que aqui estão, principalmente da ex-Deputada Ivete Vargas, que tentam, no alvorecer da nova democracia brasileira, reorganizar o verdadeiro Partido Trabalhista Brasileiro, aquele que sem radicalismos de esquerda ou de direita, sempre funcionou tendo em vista os legítimos interesses do povo brasileiro, especialmente da sua classe trabalhadora, atendendo a aspiração do seu grande Líder e criador, uma das maiores figuras da vida pública brasileira, o ex-Presidente Getúlio Vargas.

E o que o Brasil anseia hoje é por um pluripartidarismo, com diversas tendências registradas. De nada adianta ao povo mudar o esquema partidário, se tudo vier a dar no mesmo. Isto não se faz, é engador. É subestimar a população de um País que se esforça por acreditar nele.

Não há mais lugar na vida pública brasileira para apenas dois partidos, ou mesmo para um único partido de apoio ao Governo. Nós precisamos hoje é de políticos independentes, como Vossas Excelências que nos visitam hoje, que já têm uma folha de serviços prestados à Nação brasileira. Nós precisamos de políticos independentes que, com seu bom senso, possam ajudar o Governo a encontrar o equilíbrio da Nação.

É hora de arriscar, de dar carta branca aos políticos nacionais, de confiar que eles farão o melhor, pelo menos melhor o que isso que aí está. É por isso que nós nos insurgimos contra o bipartidarismo, especialmente o que se pretende agora impor novamente à Nação, um único partido oficial do Governo. Porque nós achamos que um "Arenão" não vai significar nada. Vai só reformar a reformulação partidária, dando a vez a quem sempre já a teve.

E os brasileiros, todos nós sabemos, precisam de novos líderes, de líderes ~~corajosos~~, mesmo os que a favor do Governo, principalmente a favor do Governo, mas alertas a possíveis enganos e erros administrativos.

Por isso esta cruzada, esta verdadeira cruzada dos remanescentes do verdadeiro e autêntico PTB. É muito importante para a vida da Nação. Porque nós achamos que já é hora de devolver ao povo brasileiro a sua possibilidade de escolha. Vamos deixar o processo partidário correr de acordo com a disposição do povo, porque, essa disposição, é, em última análise, a que está refletida em seus homens públicos.

A saudação que faço aos eminentes patrícios eu o faço em meu nome pessoal. É evidente que não estou autorizado a falar em nome da minha bancada, mas o faço em nome pessoal e com muita satisfação.

Concito-os a prosseguir nesta cruzada democrática, porque nós não podemos admitir o que se pretende formar neste País: um partido radical de direita e um partido radical de esquerda.

É preciso que haja um equilíbrio, é preciso que haja o bom senso, a ponderar na realidade política brasileira. E ao que me parece, que tenho lido e estudado, é a isto que se dispõem os homens fiéis a Getúlio Vargas, os homens fiéis à linha doutrinária do Partido Trabalhista Brasileiro.

O Sr. Pinto Dias — Vossa Excelência permite um aparte? —
(Assentimento) —

Nobre Deputado, quero congratular-me com seu pronunciamento, e Vossa Excelência está falando em seu nome pessoal.

Queria, nobre Deputado Erondy Silvério, que Vossa Excelência permitisse -me subscrever seu pronunciamento. Gostaria de participar deste pronunciamento que nesta oportunidade parece-me ser dos mais justos, principalmente quando Vossa Excelência lembra e retrata a figura do Estadista, o ex-Presidente Getúlio Vargas.

Este homem que teve a coragem; este homem que deu ao Brasil, trabalhos enormes, só em um setor, nobre Deputado, o setor da cafeicultura brasileira, quando o Presidente Getúlio Vargas, em 1.929, e em 1.930, quando esta atividade sofria crise das mais sérias, ele teve a coragem e a sensibilidade de queimar café; queimou café para evitar que a árvore fosse destruída. Exatamente, uma política que deveria ser adotada hoje, porque hoje se destrói a árvore, evita a fruta e o produto.

E está aí hoje este confisco, que não é outra coisa a não ser este malefício para a economia da cafeicultura brasileira.

Congratulo-me com o seu pronunciamento, nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, e vejo que na nossa bancada, eu não estou sozinho. Este é um pensamento de eminentes homens públicos, porque nesta hora difícil em que vive a Nação brasileira, especialmente no seu campo econômico, acho que as divergências partidárias, devem ceder lugar a uma luta uníssona em favor da solução dos grandes problemas da Nação brasileira.

Quero congratular-me com os eminentes patrícios que aqui estão. Desejar-lhes boas vindas e dizer que a minha admiração por um trabalho desses, cresce, à medida do êxito, do vosso trabalho.

Sr. Presidente, se restarem-me alguns minutos, gostaria que fossem ocupados pelo nobre Deputado Valduga.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário restante da ARENA, concedo a palavra ao nobre Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres visitantes.

Ocupo a tribuna hoje, para exaltar um movimento de um fato épico brasileiro, que foi a Revolução Farroupilha. (Lê): "Comemora-se hoje mais um aniversário da Revolução Farroupilha, que deveria ser conhecida como um dos mais belos sonhos de libertação democrática e nacional, inspirado pela Revolução Americana.

A República de Piratini, que desencadeou o patriotismo dos farroupilhos, sob o comando de Bento Gonçalves e David Canabarro, tinha o nobre objetivo de libertar o Brasil, uma simples semicolônia inglesa, do jugo a que estava submetido.

Passados tantos anos, e já fora dos impulsos apaixonados, podemos medir com seriedade e profundidade a importância da Guerra dos Farrapos, para a cimentação da unidade nacional, sob aspectos mais profundos. Porque, mesmo sendo parcialmente derrotados, depois de uma cruenta luta, seus propósitos democráticos e nacionais ganharam impulsos, despertando a consciência nacional a respeito do federalismo e do papel das populações brasileiras.

Quando o Ditador Rosas, da Argentina, que à época dispunha sob seu comando do maior exército da América Latina, ofereceu-se para lutar ao lado dos Farroupilhas contra unidades, sem cogitar de vitória ou derrota, consideraram os grandes chefes dos farrapos os perigos que representava tal aliança, para a causa nacional, e repeliram com altivez e até mesmo com violência a oferta argentina.

A Revolução Farroupilha, é um dos maiores exemplos de

luta nacionalista e democrática, com transigência política em favor da causa nacional. Deve ser estudada e lembrada como um dos maiores acontecimentos brasileiros. E, enfim, desnudada da simplificação que se pretendeu atribuir, como um simples levante ou rebelião interna em favor de grupos locais.

Vêmo-la, hoje, como um ponto vital na construção da federação brasileira.

Como resultado positivo na alma nacional, gerou naqueles farroupilhas e em seus descendentes o amor à Pátria e o culto ao civismo, que fizeram do nobre povo gaúcho um exemplo de contribuição permanente ao desenvolvimento político brasileiro."

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado ao MDB concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com muito prazer que hoje recebemos nesta Casa a visita desta grande figura brasileira, pessoa que tem a sua marca de dinamismo e de capacidade, ex-Deputada do PTB, Ivete Vargas.

Ela que nos visita acompanhada de grandes nomes do trabalhismo no Paraná: ex-Deputado, ex-Presidente desta Casa, Júlio Rocha Xavier, ex-Deputado Aldo Laval, ex-Vereador Arlindo Ribas de Oliveira, e demais companheiros de Oposição.

O MDB, que sempre lutou e continua lutando para que o Brasil possa respirar o ar da democracia sente que o momento é importante, e a presença desta chama viva do PTB que é Ivete Vargas, faz com que os corações da Oposição brasileira sejam despertados para aquilo que todo brasileiro anseia: o pluripartidarismo.

Que possa esse pluripartidarismo ser uma realidade democrática e não uma mensagem que venha previamente determinada, como se fosse um barulho marcado.

Nós esperamos que a abertura realmente não seja capenga, como foi a anistia, e que possa facilitar a criação de novos partidos, e, principalmente deste que foi criado pelo grande e saudoso Estadista Getúlio Vargas, que, embora morto, continua vivo e presente em todas as decisões da massa trabalhadora.

Nós queremos deixar claro de que a sua ilustre presença, dona Ivete Vargas, representa aquela esperança de que o PTB venha com a característica de Getúlio: venha forte, venha vivo e venha realmente para continuar defendendo o povo brasileiro.

Nós acreditamos que isso realmente venha a ocorrer, porque o PTB não é um partido de saudosismo, é uma realidade nacional que se renova a cada coração. Hoje, aqueles que pertenceram ao PTB continuam com a sua bandeira em mãos; e hoje, filhos de petebistas, continuam também empunhando a mesma bandeira, o que caracteriza a realidade que é este partido.

Quero, mais uma vez, agradecer a sua presença nesta Casa, o que representa...

O Sr. Nelson Buffara — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. MÁRIO CELSO — ...na realidade, a presença de viva voz, da verdadeira Oposição neste País.

Com muito prazer, concedo um aparte ao nobre Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Nelson Buffara — Deputado Mário Celso, não poderia deixar de solicitar este aparte a Vossa Excelência, no instante em que o ilustre e nobre Deputado homenageia a ex-Deputada Ivete Vargas, sobrinha neta do maior estadista que esta sacrossanta terra já teve; Getúlio Vargas. E neste momento, quero render as minhas homenagens a Vossa Excelência pela felicidade do seu pronunciamento, pelo brilhantismo das suas palavras, caracterizando a ilustre visitante, que somente nos honra nos envolve e nos dignifica, a mim

principalmente, na condição que fui de fundador do PTB na Cidade de Paranaguá, na Capital do nosso litoral, na ocasião em que o PTB era liderado pela figura maiúscula e gigantesca, que tinha um mito de Deus, Getúlio Dornelles Vargas.

Muito obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. MÁRIO CELSO — Muito obrigado pelo seu aparte, que veio abrilhantar ainda mais esta saudação à nossa ilustre visitante. E finalizo, deixando aqui meu agradecimento pela sua presença em nome da bancada do MDB, porque sabemos que o PTB não vem para dividir, e, sim, para somar, e a sensibilidade da mulher, quando está presente nestas decisões, realmente nos traz o fruto da esperança.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No restante do horário reservado ao MDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Uma das vantagens do processo democrático é a possibilidade de fiscalizar o comportamento do Poder Executivo. Nós, que lutamos pela democracia, devemos fazer o esforço para exercitar ao máximo essa fiscalização, mesmo sabendo que ainda vivemos sob uma ordem que ampara os desmandos daqueles que empalmaram o poder contra a vontade popular.

Trago hoje ao Plenário desta Casa uma denúncia que me parece exemplar do comportamento dos governantes do atual regime. Ela dá conta das irregularidades cometidas pelo governo estadual na licitação para a execução de serviços de limpeza e conservação nos prédios Humberto de Alencar Castelo Branco, Caetano Munhoz da Rocha e Affonso Alves de Camargo Neto, localizados no Centro Cívico.

Os indícios de que esta concorrência não obedeceu aos princípios mínimos de lisura por parte do Executivo começam na própria classificação das empresas vencedoras. Foram classificadas as três propostas mais altas. As firmas EMPAR, ORBRAM e ALVORADA venceram a concorrência apresentando preços muito mais elevados que os oferecidos pelas demais empresas concorrentes para os mesmos serviços.

Esta situação gerou o imediato protesto das firmas preteridas, que reunidas em sua Associação decidiram entrar com recurso pela anulação da concorrência. Suas razões vão expostas a seguir:

A Associação Profissional das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Paraná, pediu que fosse excluído desta licitação o Edifício Humberto de Alencar Castelo Branco, tendo em vista que os serviços a serem prestados neste edifício só terão início a partir de 1.º de janeiro de 1980, e, em consequência, todas as propostas já teriam caducado em razão do prazo mínimo de validade exigido no edital, fixado em noventa dias. O início da prestação de serviços para quase seis meses após a abertura da proposta, traz prejuízos não só as licitantes mas principalmente à administração pública.

Na mesma época, a Associação pediu que a Comissão de Licitação fornecesse o número de serventes necessários à execução dos serviços. A Comissão respondeu que este era um problema das firmas licitantes, já que o julgamento das propostas obedeceria ao menor preço, ou seja, o mais vantajoso à Administração.

Mas, para surpresa da maioria dos concorrentes, a Comissão de Licitação decidiu modificar seus critérios no momento do julgamento: Fixou o número de 33.840 horas necessárias à execução dos serviços.

Ora, Senhores Deputados. Este número tinha sido omitido do edital e no momento do julgamento surgiu como o critério principal. O fato da firma vencedora e das outras duas classificadas terem se beneficiado deste critério de última hora, demonstra que houve uma grande coincidência ou fraude.

Ou a Comissão forneceu à firma escolhida o número de

horas de serviço de que considerava ideal, ou esta empresa, por algum meio especial, conseguiu conhecê-lo antes da licitação e assim se constituir na única empresa capaz de apresentar um dado considerado fundamental para a Comissão.

Qualquer que tenha sido a forma pela qual a empresa vencedora chegou a saber de critérios secretos da Comissão de Licitação, a verdade é que as demais empresas concorrentes foram prejudicadas.

O julgamento das propostas trouxe um resultado surpreendente. As vencedoras foram as empresas que apresentaram os maiores preços. Uma rápida investigação demonstrou que entre as três primeiras classificadas duas fazem parte do mesmo grupo econômico e a terceira mantém estreitas relações de negócios com as duas primeiras. Tudo ficou claro, evidenciado que houve um acerto prévio para favorecer uma empresa em detrimento das demais.

Mas como a empresa que apresentou preço mais alto ganhou a concorrência, quando em todos os lugares do mundo o critério principal é justamente o preço, o custo ofertado? A Comissão de Licitação encontrou a forma de premiar a empresa que cobra mais caro mudando este critério universal e colocou em uso um critério secreto. Ganhou a concorrência a empresa que apresentou o número de horas de serviço que a Comissão considerou legal. Por que era secreto este critério? Provavelmente para que apenas a empresa vitoriosa soubesse dele. Por que não se utilizou a Comissão do critério de qualidade de serviços? Porque não tinha condições de julgar os serviços ofertados pelas demais empresas. Então lançou mão de um artifício.

Como o critério final deixou de ser o preço pelos serviços para se fixar no artifício do número de horas de serviços, que não obedece a qualquer exigência técnica, as empresas que sabiam previamente do critério secreto, não titubearam em cotar alto e mesmo cotando os três maiores preços, foram as escolhidas, contrariando o edital da própria Comissão de Licitação que diz: "considerar-se-á vencedora a Empresa licitante que apresentar a proposta julgada mais vantajosa para a administração."

As empresas concorrentes, com exceção, é claro, das agraciadas com os polpidos contratos, acreditam que as propostas mais vantajosas para a administração pública sejam aquelas que cobrem menos pelos mesmos serviços.

É difícil entender a matemática e os critérios especiais dos integrantes da comissão licitadora.

Daremos um exemplo para tornar claro o absurdo. A Firma Sete Estrelas cotou 34.080 horas de serviço ao preço de Cr\$ 716.510,00 e situou-se como segunda colocada em número de horas e a primeira colocada no valor total, oferecendo portanto a proposta mais vantajosa. Mas nem por isso venceu a concorrência. Venceu a que apresentou o preço de Cr\$ 826.127,78 por 33.600 horas de serviços.

Nada justifica esta absurda decisão, Senhores Deputados. Nada explica este julgamento. Talvez por isso o Governo tenha envidado todos os meios para impedir que as empresas concorrentes que se consideram prejudicadas tivessem respostas para seus apelos formais.

Aqui, nesta Assembléia, devemos colocar em questão os reclamos destas empresas prejudicadas porque eles denunciam irregularidades que privilegiam grupos econômicos contra os interesses populares. Tendo comigo todas as provas de que esta licitação não respeitou os princípios de honestidade que se devem exigir de todos os responsáveis pelo dinheiro público.

Por tudo isso, Senhores Deputados, é imperioso que esta concorrência seja anulada, marcando-se outra, para a qual sejam fornecidos a todos os concorrentes os elementos possíveis a uma proposta justa. Sem critérios secretos e que no julgamento vença a proposta mais vantajosa para a administração pública e para todos aqueles que pagam impostos.

E que se o Poder Executivo pretende ressaltar suas responsabilidades neste caso, que instaure um inquérito administrativo para apurar possíveis responsabilidades daqueles que se beneficiaram desta concorrência mal feita, mal intencionada e prejudicada.

É com este espírito que dirigi à Mesa um requerimento para ser encaminhado ao Governador do Estado, pedindo que torne nula esta concorrência. Tenho certeza de que este Plenário, comprometido apenas com a verdade e com o princípio fundamental de defesa dos interesses populares, acatará este pedido em nome da justiça."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes e Airton Cordeiro, constantes do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Proposta de Emenda à Constituição Estadual, de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente. **Recebida. Publique-se** no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104/77 - de autoria do Deputado EGON PUDELL, que cria no Município de Toledo, o Distrito Administrativo de São Pedro, com sede e divisas que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41/79 - de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que denomina "Irmã Maria Leônia - Ensino de 1.º Grau", a Unidade Escolar localizada na Quadra 80, do novo loteamento urbano da Prefeitura Municipal de Guaíra. Parecer FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 100/79 - de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS — ARA — da Cidade de Arapongas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/79 - de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria, no Município de FAXINAL, os Distritos Administrativos de VILA DINIZ, SÃO DOMINGOS, CRUZMALTINA e NOVA ALTAMIRA, com as divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/78 - de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Rio Azul, imóvel de propriedade do Estado, constituído de área de terras, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. e SUBSTITUTIVO GERAL da C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37/79 - de autoria do

Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que declara de utilidade pública o "ALBERGUE NOTURNO CASA DO CAMINHO DE APUCARANA", com sede na Cidade de Apucarana. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/79 - de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a "ESCOLA DE EDUCAÇÃO FAMILIAR RURAL DE CASTRO", com sede na Cidade de Castro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 83/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização de plebiscito na área descrita do Município de Céu Azul - para consulta sobre a criação do Município de Vera Cruz do Oeste. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 84/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização de plebiscito na área descrita do Município de Assis Chateaubriand, para consulta sobre a criação do Município de Tupãssi.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 85/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização de plebiscito na área do Município de São João do Ivaí — para consulta à população sobre a criação do Município de Lunardelli. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 86/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização de plebiscito em área que especifica, do Município de Salto do Lontra. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza realização de plebiscito na área descrita do Município de Cascavel, para apreciação da proposta de emancipação do Distrito de Cafelândia.

EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado, artigo por artigo.**
O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, com o apoio do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Evanir Andreassa Vidal, ocorrido na Cidade de Campo Largo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Teófilo de Brito, ocorrido na Cidade de Campo Largo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando que o expediente da sessão plenária do próximo dia 21 de setembro, seja dedicada em homenagem ao "Dia da Árvore".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

A Mesa designa para falar, em comemoração ao Dia da Árvore, de acordo com o requerimento acima aprovado, o Sr. Deputado Lázaro Dumont, e consulta a Liderança do MDB, quem desejaria usar da palavra.

O SR. NILSO SGUAREZI — Encaminharei a indicação, Sr. Presidente.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao IPE, em forma de pedido de informações a respeito dos pensionistas.— **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (**Pela ordem**) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (**Pausa**).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (**Pausa**).

9 Srs. Deputados o aprovam;

4 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente. Levanta-se a sessão.